

**AO JUÍZO DE DIREITO DA XXXXXXXXXXXXXXXX VARA CÍVEL
DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE XXXXXXXXXXXXXXXX/DF.**

Autos n.º XXXXXXXXXXXXXXXX

**A DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO
FEDERAL**, por meio do Defensor Público que subscreve a presente
petição, promover o **CUMPRIMENTO DE SENTENÇA** de Id.
15397473, no que se refere aos honorários advocatícios ali fixados
(10% do valor da causa), com supedâneo nos art. 4º, I c/c art. 5º, II
da Lei Distrital n.º 2.131/98, que instituiu o PRODEF (antigo
PROJUR¹).

Diante do exposto, requer-se:

- A intimação pessoal do Réu para efetuar
pagamento do **débito de R\$ 689,08**, nos termos
da planilha anexa, no prazo de 15 dias, sob pena de
aplicação de multa de 10% em face do não
cumprimento espontâneo da obrigação - nos
termos no *caput* e §1º do art. 523 do CPC/15 e
fixação de honorários advocatícios para a fase

¹ **Art. 4º** O CEAJUR adotará as medidas necessárias para atender o disposto nesta Lei, podendo:

I - patrocinar as ações de cobrança de receitas previstas no art. 5º, II, sem prejuízo da representação judicial de que trata o art. 132 da Constituição Federal e do disposto no art. 111, I, II e III, da Lei Orgânica do Distrito Federal;

[...]

Art. 5º Serão obrigatoriamente destinados ao PROJUR as receitas provenientes de:

[...]

II - honorários advocatícios de causas em que tenha atuado o agente da Assistência Judiciária;

[...]

de cumprimento de sentença, na forma do art. 85, § 1º do, CPC/15², no percentual de 10% da quantia devida;

- Acaso não paga a dívida, que seja efetuada a **penhora da quantia de R\$ 833,77**, correspondente ao montante principal, já acrescido da multa e dos honorários pleiteados nos itens anteriores, **por meio do sistema BACENJUD**;
- por fim, que **honorários advocatícios depositados sejam transferidos para conta** do Fundo de Apoio e Aparelhamento da Defensoria Pública do Distrito Federal - **PRODEF** (art. 1º, Lei Complementar Distrital nº 744 de 04/12/2007), qual seja: Banco do Brasil, conta corrente nº 6830-6, Agência 4200-5, CNPJ 09.396.049/0001-80, com ressalva para instituição financeira responsável de que seu recolhimento NÃO deverá ser feito via DAR.

XXXXXXXX - DF, 29 de June de 2023.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

DEFENSOR PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL

² Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor.

§ 1º **São devidos honorários advocatícios** na reconvenção, **no cumprimento de sentença**, provisório ou definitivo, na execução, resistida ou não, e nos recursos interpostos, cumulativamente.